

Papel dos Bacharéis na formação do Estado nacional (slides) – sobre texto de José Murilo de Carvalho

Diferença verificada na libertação das colônias espanhola e portuguesa.

- 1) **Manutenção da unidade política em um caso e fragmentação no outro.**
- 2) **Sistema político implantado. A ex-colônia portuguesa conservou sempre a supremacia do governo civil.**

Justificativas de natureza administrativa:

Centralização Portuguesa

versus

Descentralização Espanhola

Justificativas de natureza política:

Presença da corte portuguesa teria tornado possível a solução monárquica no Brasil.

As tendências monárquicas dos libertadores, Simon Bolívar e San Martin incluídos, leva a crer que, se houvesse candidatos disponíveis, outras experiências monárquicas seriam tentadas.

Justificativas de natureza econômica:

O declínio do ciclo mineratório nas colônias espanholas ainda no século XVII e o refluxo para a agricultura, teriam levado ao maior isolamento dos vários centros coloniais.

Já o surto mineratório brasileiro, vindo mais tarde, teria proporcionado maior integração. Mas, ele já começara a declinar na segunda metade do século XVIII.

Justificativas de natureza social:

A escravidão

Hermes Lima argumentou que a centralização favorecia a manutenção da escravidão – evitava medidas abolicionistas nas províncias.

Na verdade, a manutenção da escravidão foi o preço a pagar pela unidade e não vice-versa.

Tese de José Murilo:

A decisão de fazer a independência com monarquia representativa, de manter unida a ex-colônia, de evitar o predomínio militar, de centralizar as rendas públicas, foi uma opção política entre outras possíveis na época.

Opção tomada pelas elites políticas.

- 1) Grupos especiais de elite, marcados por características que os distinguem tanto das massas como de outros grupos de elite.
- 2) Essas elites são condicionadas por fatores sociais e mesmo políticos.
- 3) O fato de ser contra o monopólio de decisões por grupos minoritários não deve obscurecer o fato de que existem grupos minoritários que realmente têm influência decisiva em certos acontecimentos.

A adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite existente à época da independência, gerado pela política colonial portuguesa.

Essa elite se caracterizava pela homogeneidade ideológica e de treinamento.

A homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política.

A Elite Imperial

Uma ilha de letrados num mar de analfabetos

- 1) Estudos superiores
- 2) Formação jurídica

Coimbra (até independência). Duas capitais provinciais - Direito (após a independência)

Formação Coimbra

1537 → a Universidade de Coimbra passou a ser controlada pelos jesuítas. A Universidade se isola da influência do progresso intelectual e científico europeu

1599 → *Ratio studiorum (Ratio et institutio studiorum Societatis Jesu). Privilegiava:*

Latim e Grego sobre a língua pátria

Teologia sobre a Filosofia

Aristotelismo e Escolasticismo sobre o Cartesianismo

A Reforma Pombalina

1759 → Jesuítas são expulsos

Os métodos e o conteúdo da educação jesuítica foram radicalmente reformulados. A ênfase deslocou-se para as ciências físicas e matemáticas. A nova Faculdade de Filosofia concentrou-se nas ciências naturais – a física, a química, a zoologia, a botânica, a mineralogia.

O Iluminismo finalmente atingiu Portugal.

O Iluminismo português ficou mais próximo do italiano do que do francês, por ser um iluminismo essencialmente cristão e católico. Pombal não queria saber do Iluminismo francês, pois este continha elementos capazes de por em perigo a autoridade em geral e a autoridade real em particular.

As reformas de Pombal produziram notável grupo de cientistas, mas apesar de promoverem o avanço científico e técnico, mantinham uma postura conservadora.

Após Pombal deixar o governo, por volta de 1777, teve início uma reação contra sua obra. No que se refere a Universidade, muitos professores foram expulsos e estudantes foram processados pelo Santo Ofício e expulsos sob acusação de deísmo, naturalismo, enciclopedismo e heresia.

Ao lado da Universidade de Coimbra, duas outras instituições de ensino foram importantes para a formação da elite brasileira, a Real Academia de Marinha e o Colégio dos Nobres. Destinavam-se à formação militar dos nobres.

A Educação no Brasil

No Brasil, a educação, antes de Pombal, estava quase que exclusivamente nas mãos dos jesuítas. Após a sua expulsão, o Estado criou aulas régias, cujos professores nomeava diretamente.

Foi política sistemática do governo português nunca permitir a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas colônias.

Em contraste marcante, a Espanha permitiu desde o início a criação de universidades em suas colônias.

As universidades ibéricas se distinguiam de suas similares europeias pela orientação instrumental, pelo comprometimento com o fortalecimento do poder real, ou com a defesa da fé católica contra o islamismo.

A política educacional da Espanha teve duas consequências importantes para a formação de elites:

- 1) ampla distribuição geográfica das universidades – *o que permitia a formação de elites intelectuais praticamente em todas as subdivisões administrativas*
- 2) predominância religiosa – *dava ao direito um peso menor do que em Coimbra*

A homogeneização da elite brasileira se deve à política de concentração cuja importância é iniludível. Boa parte do impulso autonomista, ou mesmo separatista, de províncias e regiões pode ser prevenida pela formação comum e pelos laços de amizade criados durante o período escolar.

O quadro da educação superior no Brasil só começou a mudar com a chegada da família real na colônia, em 1808. Uma Real Academia dos Guardas-Marinhas e uma Academia Real Militar foram logo criadas (1808 e 1810), seguidas pelas Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (1813 e 1815) e, em 1820, pela também a Academia de Belas-Artes.

As escolas dedicadas explicitamente à formação da elite política só surgiram após a Independência. Trata-se dos dois cursos de direito criados em 1827 e iniciados em 1828, um na cidade de São Paulo, outro em Olinda.

Depois do ato adicional de 1834, a educação superior tornou-se responsabilidade tanto do governo geral como dos governos provinciais, mas nenhuma escola superior foi feita nas províncias durante o império, tentando reproduzir, internamente, efeito semelhante ao buscado pela política colonial na centralização e homogeneização da formação das elites.

De modo geral, os alunos de direito provinham de famílias de recursos.

As pessoas de menores recursos podiam completar a educação secundária nos seminários ou em escolas públicas.

Seminários maiores → carreira eclesiástica

Escola Militar → carreira no exército

Politécnica ou Escola de Minas → carreira técnica

Os cursos de direito foram criados à semelhança do curso de Coimbra. Os primeiros professores eram ex-alunos de Coimbra, alguns dos primeiros alunos vieram de lá transferidos. Porém, algumas mudanças foram feitas nos conteúdos: o direito romano foi abandonado em benefício de matérias mais diretamente relacionadas com as necessidades do novo país, tais como direito mercantil e marítimo e economia política.

No Brasil imperial, a educação era a marca distintiva da elite política. Havia um abismo entre a elite e o grosso da população

A homogeneidade gerada pelo nível educacional era reforçada pelo local comum de formação.

As quatro grandes escolas de medicina e direito funcionaram de fato como centros regionais de formação.

O governo central manteve sempre estrita supervisão das escolas superiores, sobretudo as de direito.

Outro efeito reforçador da homogeneização da elite foi a preponderância de formação jurídica.

A síndrome superior/educação jurídica/educação em Coimbra deu à elite política da primeira metade do século aquela homogeneidade ideológica e de treinamento necessária para as tarefas de construção do poder nas circunstâncias históricas em que o Brasil se encontrava.

Coimbra foi particularmente eficaz em evitar contato mais intenso de seus estudantes com o Iluminismo francês, politicamente perigoso.

As academias, as sociedades literárias, as sociedades secretas, formadas no Brasil, e as próprias rebeliões que precedem a Independência exibem quase que invariavelmente a presença de elementos formados na França ou influenciados por idéias de origem francesa.

O isolamento a que estavam submetidos os alunos de Coimbra foi quebrado nas escolas de direito brasileiras, porém as idéias radicais continuaram ausentes dos compêndios adotados – *desenvolveu-se uma orientação mais pragmática e eclética sob influência de Vitor Cousin (talvez o autor de maior influência intelectual sobre a elite brasileira até 1870) e Bentham.*

A vida intelectual do País começou a mudar significativamente no início da década de 1870, com a introdução de outras correntes européias de pensamento, sobretudo o positivismo e o evolucionismo.

A própria elite política ao final do período era composta predominantemente de advogados, enquanto no início dominavam os magistrados. Em breve haveria excesso de advogados.

O problema do excesso de bacharéis gerou o fenômeno da busca desesperada do emprego público por esses letrados sem ocupação, o que iria reforçar também o caráter clientelístico da burocracia imperial.

A maior importância política do desemprego dos bacharéis vinha do fato de serem mais habilitados a formular suas queixas em termos políticos e a servir de instrumento a grupos de oposição, incluindo os que buscavam a queda da monarquia.